

PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES POBRES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Márcia Kelma de Alencar Abreu¹; <https://orcid.org/0000-0002-2262-7918>

Verônica Moraes Ximenes²; <https://orcid.org/0000-0003-3564-8555>

Resumo

As políticas afirmativas através da Lei de Cotas 12.711/2012 ampliaram a democratização do acesso ao ensino superior público no Brasil, otimizando a entrada de estudantes pobres, negros, indígenas e pessoas com deficiência. Esse artigo analisa as implicações psicossociais da pobreza para a permanência estudantil nas universidades públicas. Realizou-se uma revisão sistemática a partir de 16 artigos, 22 dissertações e 10 teses nas bases de dados *Scielo* e BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). Os trabalhos são, em sua maioria, do campo da educação (54,16%), a abordagem qualitativa de pesquisa é predominante (58,33%) e os estudantes prevaleceram como participantes das investigações (52,8%). As categorias analíticas foram construídas com o auxílio do *Software Atlas Ti 5.2* e configuradas em macrocategorias: permanência material; permanência simbólica (dimensões pedagógica e cultural); estratégias de enfrentamento e vivências de opressão. A Lei de Cotas e demais políticas afirmativas possibilitaram a democratização do acesso, porém aspectos que permeiam a permanência precisam ser evidenciados em novas pesquisas. A contribuição dessa investigação consistiu em dar visibilidade aos aspectos subjetivos e psicossociais da pobreza nos trabalhos analisados.

Palavras-chave: Ensino superior; Estudantes universitários; Pesquisa educacional; Pobreza, Psicossocialização.

Permanence of poor students in Brazilian public universities: a systematic review

Abstract

The affirmative policies through the Law of Quota 12,711/2012 expanded the democratization of access to public higher education in Brazil, optimizing the entry of poor, black, indigenous and disabled students. This article analyzes the psychosocial implications that poverty has in the student permanence up to the higher education conclusion in public universities. A systematic review was carried out from 16 articles, 22 dissertations and 10 theses in the databases Scielo and BDTD (Brazilian digital library of theses and dissertations). The majority of the works are in the field of education (54.16%), the qualitative approach to research is predominant (58.33%) and students prevailed as participants in the research (52.8%). The analytical categories were constructed with the aid of Atlas Ti 5.2 software and configured in macro categories: material permanence; symbolic permanence (pedagogical and cultural dimensions); coping strategies and experiences of oppression. The Quota Law and other affirmative policies have made it possible to democratize access, but aspects that permeate permanence need to be highlighted in further researches. The contribution of this research consisted in giving visibility to the subjective and psychosocial aspects of poverty in the analyzed works.

Keywords: Higher education; University students; Educational research; Poverty; Psychosocialization.

Permanencia de estudiantes pobres en las universidades públicas brasileñas: una revisión sistemática

Resumen

Las políticas afirmativas a través de la Ley de Cuotas 12.711/2012 ampliarán la democratización del acceso a la enseñanza superior pública en Brasil, optimizando la entrada de estudiantes pobres, negros, indígenas y personas con discapacitados. Este artículo analiza las implicaciones psicossociales de la pobreza para la permanencia estudiantil en las universidades públicas. Se realizó una revisión sistemática a partir de 16 artículos, 22 tesinas y 10 tesis en las bases de datos Scielo y BDTD (Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones). Los trabajos son, en su mayoría, del campo

1 Universidade Federal do Ceará – UFC – Fortaleza – CE – Brasil; kelmabreu@yahoo.com.br

2 Universidade Federal do Ceará – UFC – Fortaleza – CE – Brasil; vemorais@yahoo.com.br

de la educación (54,16%), el abordaje cualitativo de investigación es predominante (58,33%) y los estudiantes prevalecen como participantes de las investigaciones (52, 8%). Las categorías analíticas fueron construidas con la ayuda del Software Atlas Ti 5.2 y configuradas en macrocategorías: permanencia material; permanencia simbólica (dimensiones pedagógicas y culturales); estrategias de enfrentamiento y vivencias de opresión. La Ley de Cotas y demás políticas afirmativas posibilitaran la democratización del acceso, pero aspectos que permean la permanencia necesitan ser evidenciados en nuevas investigaciones. La contribución de esta investigación consistió en dar visibilidad a los aspectos subjetivos y psicosociales de la pobreza en los trabajos analizados.

Palabras clave: Educación Superior; Estudiantes universitarios; Investigación educativa; Pobreza; Psicosocialización.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre permanência na educação superior pública no Brasil nos remete ao contexto de desigualdades históricas, sociais e econômicas em que as políticas educacionais foram constituídas, evidenciando a exclusão de grupos historicamente privados dos direitos sociais e educacionais, inclusive do acesso ao ensino superior.

Segundo Palácio (2012), neste processo, cabe problematizar o acesso massificado de alunos pobres, negros, indígenas e pessoas com deficiência nas universidades públicas brasileiras, proporcionado pelo sistema de cotas, Lei 12.711/2012 (Brasil, 2012).

Vargas (2011) afirma a importância da conclusão do nível superior para o aumento significativo de renda dos estudantes pobres, ressaltando que o Brasil é um dos países onde a diferença salarial entre os profissionais graduados e os demais trabalhadores é mais significativa. O enlace entre ascensão social e conclusão do ensino superior confere relevância à temática da permanência do estudante pobre.

A pobreza na perspectiva multidimensional aqui abordada não é caracterizada apenas pela falta de bens materiais, mas pelas desigualdades de oportunidades, possibilidades, capacidades e funcionamentos, englobando aspectos como educação, saúde, lazer, cultura, moradia etc. Consideram-se ainda as implicações psicosociais da condição de pobreza (Ximenes, Cidade, Nepomuceno, & Leite, 2014).

A permanência no Ensino Superior é compreendida como duração e transformação (Santos, 2009). Esse processo tem suas peculiaridades para os estudantes de famílias pobres, potencializador de ascensão social. Destarte, esse artigo objetiva analisar

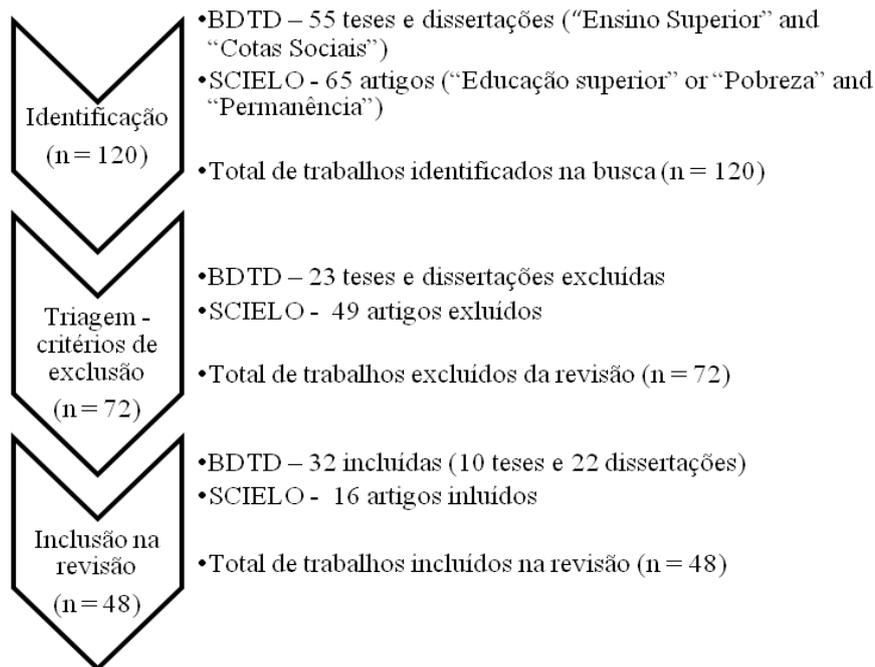
as implicações psicosociais da pobreza para a permanência estudantil no Ensino Superior público brasileiro através dos estudos que versam sobre a temática.

MÉTODO

Para Costa e Zoltovxky (2014) a revisão sistemática consiste em um processo de reunir, avaliar crítica e sinteticamente o resultado de vários estudos. Para tanto, deve-se seguir oito etapas para a execução: delimitação da questão de pesquisa; escolha das bases e fontes de dados; eleição das palavras-chaves ou descritores de busca; busca e armazenamento dos trabalhos; seleção de estudos pelo resumo a partir dos critérios de inclusão e exclusão; extração dos dados dos trabalhos; análise dos estudos; síntese e discussão dos resultados.

A pesquisa foi realizada através da utilização de duas bases de dados: *Scielo* (*Scientific Electronic Library Online*) e BDTD (Base digital de Teses e Dissertações), entre 16 e 17 de maio de 2017. Portanto, o período incluso na busca foi de 2012, ano em que foi regulamentada a Lei de cotas, a maio de 2017. Foram analisados estudos publicados a partir de 2012,

Os descritores e operadores booleanos utilizados na base *Scielo* foram: “Educação superior” *or* “Pobreza” *and* “Permanência”, obtivemos 65 artigos como resultado da pesquisa. No entanto, na BDTD esses mesmos descritores e operadores não tiveram um bom resultado, devido à especificidade da base, utilizou-se “Ensino Superior” *and* “Cotas Sociais” e obteve-se 55 teses e dissertações. Ressalta-se que os descritores foram buscados no resumo, título e palavras-chave. Após leitura resumos dos 110 trabalhos, elegemos 16 artigos e 32 resumos de tese. Na Figura 1, pode-se observar esse fluxo.



Fonte: Adaptado de Mahendra & Marin (2015).

Figura 1. Procedimentos de Seleção dos Artigos

Quanto aos critérios de exclusão, foram elencados: educação básica; realidade de outros países; pós-graduação; questões restritas ao acesso; Instituições de Ensino Superior (IES) privadas; ensaio jurídico com análise teórica das políticas afirmativas; questões relacionadas à saúde, organização e outros; repetidos, totalizando 72 trabalhos excluídos (49 artigos, 23 teses e dissertações).

Utilizaram-se os seguintes critérios de inclusão: estudos serem referentes à educação superior pública brasileira; nível de graduação (critérios obrigatórios); temáticas sobre permanência e/ou assistência estudantil; perfil socioeconômico, pobreza, desigualdades sociais e camadas populares; políticas de cotas/ações afirmativas (um dos três critérios foi obrigatório). Obteve-se o resultado de 48 trabalhos inclusos.

A seguir, foram analisados criticamente os 16 artigos selecionados na íntegra, assim como os resumos das 32 teses e dissertações selecionadas. A partir da leitura crítica dos trabalhos, foi concretizada a categorização através do auxílio do *software ATLAS ti*, versão 5.2, posteriormente as categorias foram integradas, constituindo as macrocategorias de análise: permanência material; permanência simbólica (dimensões pedagógica e cultural); estratégias de enfrentamento; vivências de opressão.

Elegemos duas dimensões da permanência, material e simbólica (Santos, 2009). Para a autora, a permanência material está relacionada às condições de subsistência, que são afetadas pelas carências financeiras. Já no que se refere à permanência simbólica, considera-se que a efetiva inclusão deve estar relacionada à possibilidade de identificação e reconhecimento. Identificam-se duas dimensões da permanência simbólica: aspectos pedagógicos e questões culturais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização e abordagem metodológica dos estudos

São, em sua maioria do campo da educação (54,16%), representados também com expressividade na Sociologia, Serviço Social, Economia/Desenvolvimento Econômico, Antropologia e Administração, dentre outras 09 áreas de conhecimento. A temática está sendo relevante nos programas de pós-graduação, já que a heterogeneidade de campos do saber se apresenta nas teses e dissertações, promovendo um debate intensificado pelas recentes adoções de políticas afirmativas. Contudo, as publicações sobre a temática em artigos científicos encontram-se concentradas nos periódicos da Educação.

No total, as duas bases apresentaram a abordagem qualitativa na maioria dos trabalhos (28, totalizando 58,33 %), seguidamente da abordagem quantitativa em 16 pesquisas (29,16%) e abordagem quantitativa e qualitativa em 06 investigações (12,5%). Esses dados confirmam a potencialidade das diversas abordagens.

As pesquisas qualitativas debruçaram-se sobre questões como análise das trajetórias escolares de acesso e permanência dos estudantes pobres, indígenas e negros, entre outros, tais como o fornecimento de aporte aos debates sobre as políticas de cotas. Contudo, considera-se a importância do estudo quantitativo para visualizar os novos perfis sociais, econômicos e culturais que chegam às IES através das ações e políticas afirmativas, evidenciando as características socioeconômicas destes alunos, auxiliando no planejamento das políticas de Assistência Estudantil (AE).

Já os participantes das investigações foram, em sua maioria, estudantes (52,8%). Os pesquisadores recorreram a estes sujeitos, principalmente quando a pesquisa era referente às suas trajetórias e estratégias de acesso e permanência no ensino superior, envolvendo dificuldades e desafios implicados, perspectivas de futuro e de produção acadêmica (Cavalcante, 2014; Costa, 2014; Guasti, 2014; Vieira, 2014; Maciel, 2014).

Os gestores (12,5%) e professores (10,41%) também foram sujeitos participantes das investigações. O principal intuito que envolveu gestores incluiu objetos de estudos sobre processo de implementação das políticas de cotas e assistência estudantil nas diferentes IES (Nascimento; 2015; Alphonse, 2015; Sousa, 2013; Passos, 2015). Já os professores registraram suas opiniões sobre rendimento, permanência e convivência entre alunos cotistas e os diversos atores sociais das IES's (Silva, 2016; Nogueira, 2015).

Macrocategorias permanência material e simbólica (pedagógica e cultural)

Permanência material

As questões que envolvem a permanência material foram citadas em 18 trabalhos, 37,5% do total em ambas as bases, como podem ser observadas na Tabela 1. A permanência material pode ser subsidiada

institucionalmente pelas Políticas de Assistência Estudantil e é relatada em várias IES's investigadas, reconhecida por Santos (2014) como importante mecanismo de redistribuição econômica. Segundo Nascimento (2015), a política de cotas redimensionou a operacionalização dessas ações, sendo estas imprescindíveis à sobrevivência dos alunos cotistas. Portanto, visualizou-se a estreita relação entre democratização do ensino superior, políticas de assistência estudantil, permanência material, sucesso e qualidade nos estudos, equidade social, mobilidade educacional e ascensão social (G. Silva, 2016; Czerniaski, 2014; Santos, 2013).

Entretanto, Graeff (2014) apresenta a questão da instabilidade da Assistência estudantil que ora garante a permanência, ora exclui devido aos critérios de continuidade para concessão de benefícios, criticando a lógica neoliberal, sua visão mercadológica de educação, cujas políticas focalizam na permanência material.

Cavalcanti (2015) conclui que não cotistas apresentam rendimento superior aos cotistas, porém esta diferença tende a se reduzir nos últimos semestres do curso. Para explicar tal diferença, atribui às condições financeiras uma possível causa, ressaltando a importância das políticas assistenciais. Já em relação à ociosidade de vagas, Czerniaski (2014) destaca as dificuldades financeiras como uma das causas.

Sousa (2013), Fiuza e Sarriera (2013) apontam a educação à distância como importante estratégia para mobilidade e ascensão social de alunos carentes, afrodescendentes e egressos de escolas públicas.

Mohr, Monteiro, Costa e Oliveira (2012), Amaral e Baibich-Faria (2012), Haas e Linhares (2012) e Araújo e Leite (2014) consideram a necessidade de ampliar as políticas de Assistência Estudantil a partir da entrada dos alunos de camadas populares, já que estes não têm condições financeiras de permanecer nas universidades federais.

Permanência simbólica

Já as temáticas concernentes à permanência simbólica foram citadas nas duas categorias de análise: pedagógica e cultural. A dimensão pedagógica é relatada em 18 trabalhos, totalizando 37,5% em ambas as bases. Quanto à dimensão cultural da permanência simbólica, esta é configurada em 23 trabalhos, 47,91% do total das duas bases, conforme dados da Tabela 1.

Tabela 1
Macrocategorias: Permanência material e Permanência simbólica

CATEGORIAS	SCIELO	BDTD	TOTAL
PERMANÊNCIA MATERIAL (Trabalhos)	(Araújo & Leite, 2014; Mohr et al., 2012; Amaral & Baibich-Faria, 2012; Haas & Linhares, 2012; Almeida et. al., 2012; Cassandre et al., 2016; Tontini & Walter, 2014)	(Nascimento, 2015; Duarte Júnior, 2013; Santos, 2014; Cavalcante, 2014; G. Silva, 2016; Valentim, 2012; C. Santos, 2013; Oliveira, 2013; Brito, 2016; Czerniasi, 2014; Graeff, 2014)	
TOTAL	07	11	18
FREQUÊNCIA (%)	43,75%	34,37%	37,5%
PERMANÊNCIA SIMBÓLICA CULTURAL (Trabalhos)	(Silva, 2014; Araújo & Leite, 2014; Amaral & Baibich-Faria, 2012; Haas & Linhares, 2012; Almeida et. al., 2012; Passos, 2015; Castro & Almeida, 2014; Guerreiro et al., 2012)	(Santos, 2014; Lima, 2014; Nogueira, 2015; Assis, 2014; Cavalcante, 2014; G. da Silva, 2016; Costa, 2014; Valentim, 2012; C. Santos, 2013; Friedrich, 2015; Vieira, 2014; Ferreira, 2013; Brito, 2016; J. Lima, 2016)	
TOTAL	08	15	23
FREQUÊNCIA (%)	50 %	46, 87%	47,91%
PERMANÊNCIA SIMBÓLICA PEDAGÓGICA (Trabalhos)	(Silva, 2014; Araújo & Leite, 2014; Paula, 2013; Mohr et al., 2012; Amaral & Baibich-Faria, 2012; Almeida et. al., 2012; Pereira et al., 2015; Passos, 2015; Cassandre et al., 2016; Lamers, et al., 2017; Castro & Almeida, 2014; Tontini & Walter, 2014; Guerreiro et al., 2012)	(Santos, 2014; Nogueira, 2015; Serafim, 2015; G. Silva, 2016; Silva, 2016)	
TOTAL	13	05	18
FREQUÊNCIA (%)	81,25%	15,62%	37,5%

Duarte Júnior (2013) analisa as políticas de AE nas universidades públicas do Nordeste como pontuais, imediatistas e materiais. Cavalcante (2014) assinala para a obrigatoriedade e de criticar a materialização dessas políticas, ainda muito focadas na justiça econômica, colocando a justiça de reconhecimento cultural em segundo plano. Nascimento (2015) ao estudar as políticas de AE a partir dos reflexos das cotas sociais, conclui que estas precisam articular permanência e aprendizado, dialogar com as diversas instâncias da universidade e sociedade civil.

Quanto à permanência simbólica pedagógica, Costa (2014), Nogueira (2015), Friedrich (2015) e G. Silva (2016) apontam as tensões decorrentes da entrada dos cotistas e destacam a importância de diversificar a prática docente, os métodos de ensino e avaliação, subsidiar a mediação de conflitos entre docentes e discentes.

Santos (2014) afirma a necessidade da universidade ressignificar seu currículo e as ações pedagógicas

para garantir a democratização dos espaços e saberes, afirmando a importância das ações afirmativas como políticas de reconhecimento no combate às desigualdades simbólicas. Serafim (2015) conclui que no cerne das Representações Sociais sobre educação, mérito e cotas há a ideologia da meritocracia, valorizando o desempenho pessoal, sem levar em consideração as questões sociais e culturais.

O. Silva (2014) critica a educação asséptica das IES's que não consideram a concretude das condições de vida dos alunos, cujas práticas pedagógicas não estão voltadas para a construção do conhecimento e engajamento na realidade social, permanecendo tradicionais e unidirecionais, centradas no professor e na transmissão passiva de conhecimentos. Lamers, Santos, e Toassi (2017) e Almeida et al. (2012) defendem a necessidade de utilização de instrumentos didáticos inovadores no ensino superior através de uma aprendizagem participativa e práticas pedagógicas mais cooperativas, diversificadas, descentradas das aulas

expositivas. Entretanto, Morh et al. (2012) lembra que é preciso tensionar para novas práticas, porém sem negligenciar a função maior das Universidades que é garantir a qualidade da formação.

Outra importante questão trazida pelos autores são as propostas de suporte pedagógico ao estudante, como forma de superar a defasagem na educação básica, através de programas de monitoria, tutoria e orientação, mantendo o foco no desempenho do aluno (Pereira, Carneiro, Janes, & Corassa, 2015) e da promoção do reforço escolar e orientações aos estudantes, auxiliando-os a superar suas dificuldades, evitando a evasão por baixo rendimento (Tontini & Walter, 2014).

Quanto à permanência simbólica cultural, uma temática recorrente é a necessidade de promover a inclusão cultural e étnica, Amaral e Baibich-Faria (2012) refletem sobre o imperativo de encharcar interculturalidade nas universidades públicas, dada a necessidade de diminuir o sentimento de estrangeirismo e promover o sentimento do duplo pertencimento acadêmico e étnico-comunitário.

Ferreira (2013) e Brito (2016) afirmam a necessidade de reconhecimento e inclusão cultural do acadêmico indígena, já que os preconceitos e discriminações sofridos impactam na sua permanência

Isto revela o despreparo pedagógico das universidades para receber indígenas, ao não considerar os diferentes pertencimentos étnicos, culturais e territoriais (Cassandre et al., 2016). Passos (2015) e Lima (2014) afirmam que temáticas étnico-raciais estão à margem dos currículos e colocam o desafio de implementar as temáticas multirraciais e interculturais como referenciais epistemológicos na Universidade.

Para Castro e Almeida (2014), esse despreparo também pode ser observado em relação à educação para alunos com deficiência no ensino superior, refletido na necessidade de superação das várias barreiras pedagógicas, tais como práticas pedagógicas e materiais didáticos inadequados, ausência de cultura acadêmica da acessibilidade para uma efetiva inclusão. Contudo, a universidade deveria romper as barreiras atitudinais, dar subsídios para a acessibilidade e criar condições para evitar práticas docentes excludentes. Guerreiro, Almeida e Silva Filho (2012) enfatizam a necessidade de uma mudança no *modus operandi* da instituição, no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão, assim como na infraestrutura oferecida.

Aspectos psicossociais da permanência do estudante pobre

Macrocategoria estratégias de enfrentamento

Entre as temáticas de enfrentamento, o apoio social foi a mais citada, principalmente o apoio institucional, cujas questões são relatadas em 20 trabalhos, totalizando 41,66%, conforme dados da Tabela 2. As principais fontes de apoio referem-se ao institucional, promovido principalmente pela Política de Assistência Estudantil, através das bolsas acadêmicas (Valentim, 2012; C. Santos, 2013; Brito, 2016). Cassandre et al. (2016), Pereira et al. (2015), Tontini e Walter (2014), Guerreiro, et al. (2012) destacam ainda a relevância do apoio dos amigos, familiares, colegas de sala e professores para a permanência no ensino superior, revelando importantes dimensões da potencialidade do suporte afetivo-cooperativo dentro e fora da Universidade.

Estratégias consideradas resilientes foram relatadas (Lamers et al., 2017; Guerreiro et al., 2012; Amaral & Baibich-Faria, 2012), tais como: adaptação a partir da construção de novas rotinas de estudo, conciliar estudo e trabalho, metodologias didático-pedagógicas diferenciadas, capacidade de resiliência dos jovens indígenas ao buscarem o duplo pertencimento no meio acadêmico.

Quanto às estratégias específicas para permanência no ensino superior, foram relatadas em 35,41% dos trabalhos, totalizando 17 nas duas bases, conforme dados da Tabela 2. Asserção, desempenho, invisibilidade, cooperação e branqueamento foram as estratégias mais referenciadas. Já, enfrentamento, polarização e participação em eventos foram citados uma só vez em uma mesma tese (Cavalcante, 2014).

Para Cavalcante (2014) e Valentim (2012), a formação das redes de sociabilidade configurada na estratégia de cooperação, é importante mecanismo na elevação do capital cultural, educacional e econômico para os alunos pobres. Nessa mesma perspectiva, pesquisas envolvendo indígenas e pessoas vivendo com deficiência, tais como as de Cassandre et al. (2016) e Guerreiro et al. (2012), respectivamente, relatam o apoio recebido dos colegas e professores como importantes facilitadores da permanência. Almeida et al. (2012), e Tontini e Walter (2014) também apontam a necessidade de formação de novos vínculos sociais e busca de fontes de suporte afetivo e social, inclusive para diminuir a propensão à evasão.

Passos (2015) destaca a importância da formação dessas redes em prol da permanência dos estudantes negros. A polarização é relatada quanto ao agrupamento dos alunos somente com aqueles considerados pares. Para Cavalcante (2014), os cotistas buscam denunciar o racismo e o preconceito na Universidade como forma de afirmação da identidade de cotista.

Guerreiro et al. (2012) reafirmam a importância de engajar-se na defesa dos direitos dos alunos com deficiência como estratégia relevante de permanecer, sentindo-se pertencente ao meio acadêmico. Na contramão do enfrentamento, a estratégia da invisibilidade reflete o silenciamento e a resignação diante da condição de inferioridade no campo de forças da cultura acadêmica, consistindo em uma estratégia de se passar como despercebido. Cavalcante (2014) caracteriza esta prática como proteção da identidade, caracterizando a inexistência dos grupos marginalizados no ensino superior, encobrendo a exclusão a que são submetidos.

Valentim (2012) e Serafim (2015) consideram que apesar de vivenciarem situações adversas, os cotistas não se reconhecem pela sua condição social, nem racial. Nogueira (2015) destaca que a instituição e os docentes produzem as invisibilidades dos alunos cotistas negros. Como estratégia de garantir suas visibilidades adota-se a perspectiva do branqueamento.

Muitos autores verificaram em suas pesquisas não haver diferenças significativas entre desempenho de alunos cotistas e não cotistas. (Pereira, 2013; Araújo, 2013; Nogueira, 2015; Cavalcanti, 2015; Assis, 2014; Silva, 2016; J. Lima, 2016). Diante das adversidades, triunfar no quesito de maior marcador de reconhecimento acadêmico sugere o desempenho como relevante estratégia de permanência.

Cavalcante (2014) aponta outras estratégias: participação em eventos, caracterizada por mecanismos como inserção em grupos de pesquisa e extensão, apresentação de trabalhos para conseguir apoio financeiro; e asserção, que consiste na apropriação da identidade de cotista, princípio gerador de sua permanência, pois se consideram sujeitos de direito através da afirmação da sua condição social e/ou racial.

Para C. Santos (2013) é importante promover institucionalmente a afiliação dos cotistas. Entretanto, Guasti (2014) apesar de observar também essa necessidade, afirma que o sentimento de pertencer a universidade se dá mais pelas atitudes individuais e

cotidianas, do que pelo fato de ser ou não ser cotista. Já para Cavalcante (2014), os cotistas atribuem positivamente a sua condição.

Macrocategoria vivências de opressão

A entrada de jovens pobres no ensino superior desafia a sua inserção e permanência no mundo acadêmico, pois precisam adquirir os códigos que os permitam sentirem-se pertencentes a este universo, marcado historicamente pela elitização. (Abreu, 2013). Sobre o meio acadêmico, cabe considerar que os saberes produzidos na universidade são fragmentados e desvinculados da práxis social, o que reforça seu caráter dominador e dificultador dos processos de mudança (Mohr et al., 2012; Cassandre et al., 2016).

Como podemos observar nos dados da Tabela 2, os estudos relatam fenômenos de estigma, discriminação e preconceito, pelas mais diversas condições, em 13 trabalhos (27% no total, considerando as duas bases). As vivências de opressão estão relacionadas ao cotista (Graeff, 2014; Oliveira, 2013; Assis, 2014; Valentim, 2012); ao aluno com deficiência (Guerreiro et al., 2012; Castro & Almeida, 2014), ao indígena (Cassandre et al., 2016; Amaral & Baibich-Faria, 2012; Paula, 2013). Já as questões mais específicas ligadas ao racismo, preconceito e discriminação racial (Oliveira, 2013; Santos, 2014; Passos, 2015; Valentim, 2012; Vieira, 2014; Lima, 2014; Hass & Linhares, 2012; Friedrich, 2015) são referidas em 08 trabalhos (totalizando 16,6%).

Vale ressaltar que o silenciamento e a invisibilização dessas problemáticas no meio acadêmico acabam por reforçar esses processos (Lima, 2014; Santos Júnior, 2016). A pobreza atravessa esses condicionantes, relacionados à raça, etnia, deficiência, embora reconheçamos suas especificidades, encarnados na identidade do aluno pobre e/ou cotista.

Para Assis (2014), o cotista é considerado como pseudoaluno e sente vergonha em ser identificado. Nessa perspectiva, ser cotista é carregar um estigma, ser reconhecido como desacreditado (Valentim, 2012).

Friedrich (2015) afirma que as cotas raciais não são consideradas como combatentes das desigualdades sociais em ambos os grupos, não há debate nos cursos, ainda sustentados pela ideologia da democracia racial no Brasil. Passos (2015) traz a importante reflexão sobre a especificidade do processo de afiliação do

Tabela 2
 Macrocategorias: Estratégias de enfrentamento e vivências de opressão

CATEGORIAS	SCIELO	BDTD	TOTAL
APOIO SOCIAL (Trabalhos)	(Araújo & Leite, 2014; Haas & Linhares, 2012; Almeida et. al., 2012; Pereira et al., 2015; Fiuza & Sarriera, 2013; Passos, 2015; Cassandre et al., 2016 Lamers, et al., 2017; Castro & Almeida, 2014; Tontini & Walter, 2014; Guerreiro et al., 2012)	(Nascimento, 2015; Duarte Júnior, 2013; Santos, 2014; Lima, 2014; G. Silva, 2016; Valentim, 2012; C. Santos, 2013; Brito, 2016; Graeff, 2014)	
TOTAL	11	09	20
FREQUÊNCIA (%)	68,75%	28,12%	41,66%
ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS PARA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR (Trabalhos)	(Silva, 2014; Amaral & Baibich-Faria, 2012; Passos, 2015; Cassandre et al.; Castro & Almeida, 2014; Araújo & Leite, 2014; Lamers et al., 2017; Almeida et. al., 2012; Fiuza & Sarriera, 2013; Tontini & Walter, 2014)	(Santos, 2013; Cavalcante, 2014; Guasti, 2014; Valentim, 2012; Nogueira, 2015; Santos Júnior, 2016; C. Santos, 2013; Costa, 2014)	
TOTAL	09	08	17
FREQUÊNCIA (%)	56,25%	25%	35,41%
ESTIGMA, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO (Trabalhos)	(Passos, 2015; Mohr et al., 2012; Cassandre et al.; Castro & Almeida, 2014; Amaral & Baibich-Faria, 2012; Paula, 2013; Guerreiro et al., 2012)	(Santos, 2014; Lima, 2014; Santos Júnior, 2016; Vieira, 2014; Oliveira, 2013; Ferreira, 2013; Valentim, 2012; Assis, 2014; Graeff, 2014)	
TOTAL	04	09	13
FREQUÊNCIA (%)	25%	28,12%	27%
RACISMO, DISCRIMINAÇÃO E DESIGUALDADE RACIAL (Trabalhos)	(Hass & Linhares, 2012; Passos, 2015)	(Santos, 2014; Lima, 2014; Valentim, 2012; Vieira, 2014; Oliveira, 2013; Friedrich, 2015)	
TOTAL	02	06	08
FREQUÊNCIA (%)	12,5%	18,75%	16,6%

cotista negro, já que encontram além do estresse social, vivenciado também pelos alunos brancos pobres, o estresse racial.

Castro e Almeida (2014) e Guerreiro et al. (2012) atentam para a questão da imprescindibilidade da mudança no que diz respeito às atitudes preconceituosas e inadequadas em relação aos alunos com deficiência. Para Cassandre et al. (2016), os alunos indígenas também enfrentam uma sensação de estrangeirismo na universidade, o que pode estar relacionado aos preconceitos vivenciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se uma predominância da abordagem qualitativa e dos estudantes como sujeitos da investigação, o que pode sugerir que os estudos buscam

dar voz aos universitários e compreender a complexidade do contexto das vivências acadêmicas. Nas entrelinhas dos estudos investigados, observam-se importantes dificuldades atravessadas à condição de pobreza: assimetrias econômicas, sociais e culturais no meio acadêmico; defasagem na educação básica; dificuldades de sobrevivência material; falta de acesso aos serviços adequados às necessidades educacionais especiais, entre outros.

Estas questões trazem como cenário um meio acadêmico elitista, europeizado, monocultural, que não favorece o reconhecimento de outros saberes e modos de ser juvenis. Coloca-se a necessidade de reformulação curricular, ressignificação da formação docente para novos fazeres-saberes pedagógicos, mas, sobretudo, a construção de uma cultura de respeito e reconhecimento à diversidade, inclusiva e intercultural.

Destarte, identificou-se ainda que os aspectos culturais da permanência subjetiva foram mais investigados do que aspectos pedagógicos e do que os fatores da dimensão material. Este dado pode apontar a necessidade de trabalhar esta temática devido à fragilidade das políticas de assistência estudantil.

Ademais, entre os aspectos de enfrentamento, o suporte social foi a temática mais investigada, o que revela a potência desta estratégia, e, referente aos aspectos de opressão, os estigmas, preconceito e discriminação foram os mais trabalhados.

Nesse estudo, a contribuição principal consistiu em dar visibilidade aos aspectos subjetivos e psicossociais implicados na permanência dos alunos, os quais muitas vezes aparecem à margem das investigações. No entanto, uma das limitações desse artigo consiste no fato de que esses aspectos subjetivos não foram devidamente explorados quanto à condição específica de pobreza, já que essa possui inúmeros atravessamentos com as questões étnicas e culturais.

REFERÊNCIAS

- Abreu, R. L. S. (2013). *Assimetrias socioeconômicas e acesso ao ensino superior* – um estudo da (des)elitização discente da Universidade Federal do Ceará (UFC). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Alphonse, F. (2015) *Análise do Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) implementado pela UNICAMP no período de 2005-2014*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Almeida, L., Marinho-Araujo, C. M., Amaral, A., & Dias, D. (2012). Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 17(3), 899-920. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772012000300014>
- Amaral, W. R. & Baibich-Faria, T. M. (2012). A presença dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: trajetórias e pertencimentos. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.*, 93(35), 818-835. <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812012000400014>
- Araújo, I. E. (2013). *Análise socioeconômica das qualidades de cotas para negros na Universidade de Brasília*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Araújo, J. C. F. & Leite, L. S. (2014). Avaliação da política de apoio ao estudante desenvolvida pela UNIRIO: o Projeto de Bolsa Permanência. *Ensaio: aval.pol públ. Educ.*, 22 (84), 777-806. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362014000300009>.
- Assis, Y. S. (2014). *A experiência das ações afirmativas na Universidade Federal de Sergipe: os cursos de Direito e Medicina*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.
- Brasil. *Lei nº. 12.711*. (2012, 29 de agosto). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato20112014/2012/Lei/L12711.htm
- Brito, P. O. (2016) *Indígena-mulher-mãe-universitária: o estar-sendo estudante na UFRGS*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Cassandre, M. P., Amaral, W. R., & Silva, A. (2016). Eu, Alex, da etnia Guarani: o testemunho de um estudante indígena de administração e seu duplo pertencimento. *Cad. EBAPE.BR*, 14(4), 934-947. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395146821>
- Castro, S. F. & Almeida, M. A. (2014). Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. *Rev. bras. educ. espec.*, 20(2), 179-194. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382014000200003>.
- Cavalcante, C. V. (2014) *Educação superior, política de cotas e jovens: das estratégias de acesso às perspectivas de futuro*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica (PUC Goiás), Goiânia.
- Cavalcanti, I. T. N. (2015). *Existe diferencial de desempenho entre estudantes cotistas e não cotistas? Uma análise da política de cotas na UFBA pelo propensity score matching*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Costa, A. & Zoltowski, A. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: S. Koller., M. Couto., & J. Hohendorff (Orgs.). *Manual de produção científica* (55-70). Porto Alegre: Penso, 2014.
- Santos, J. C. (2013). *Acesso e permanência no curso de pedagogia da universidade federal da Bahia: um estudo sobre as estratégias dos estudantes oriundos das escolas públicas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

- Czerniaski, L. F. (2014). *Políticas públicas de democratização do ensino superior: um estudo sobre a ocupação das vagas nos cursos de graduação na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – campus Francisco Beltrão*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Duarte Júnior, N. G. (2013). *A assistência estudantil e as cotas sociais nas universidades estaduais do Nordeste: as faces do acesso ao direito*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Ferreira, S. A. (2013). *Política de ação afirmativa: compreendendo a dinâmica da in(ex)clusão na formação acadêmica de estudantes indígenas da UFT*. Tese de Doutorado, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.
- Fiuzu, P. J. & Sarriera, J. C. (2013). Motivos para adesão e permanência discente na educação superior a distância. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, 33(4), 884-901. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000400009>.
- Friedrich, R. (2015). *Uma proposta de diálogo intercultural na formação de professores para alunos cotistas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- Silva, G.H. G. (2016). *Equidade no acesso e permanência no ensino superior: o papel da educação matemática frente às políticas de ações afirmativas para grupos sub-representados*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.
- Graeff, B. A. (2014). *A política de assistência estudantil na universidade federal: da escola pública para o ensino superior*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Griep R.H., Chor, D., Faerstein, E., Wernwck, G. L., & Lopes, C. S. (2005). Validade de constructo de escala de apoio social do Medical Outcomes Study adaptada para o português no Estudo Pró-Saúde. *Cad. Saúde Pública*, 21(3), 703-714.
- Guasti, M. C. F. A. (2014). *Por trás dos muros da Universidade: Representações de estudantes sobre o sistema de reserva de vagas (cotas) e sobre estudantes cotistas da UFES*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Guerreiro, E. M. B. R., Almeida, M. A., & Silva Filho, J. H. (2014). Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior. *Avaliação (Campinas)*, 19(1), 31-60. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772014000100003>.
- Haas, C. M. & Linhares, M. (2012). Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? *Rev. Bras. Estud. Pedagog.*, 93(235), 836-863. <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812012000400015>
- Lima, F. J. I. (2016). *Inocência de. Gênero no percurso de vida dos estudantes do curso de pedagogia da UFC*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Lamers, J. M. S., Santos, B. S., & Toassi, R. F. C. (2017). Retenção e evasão no ensino superior público: estudo de caso em um curso noturno de odontologia. *Educ. rev.*, 33, 1-26. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698154730>
- Lima, M. L. F. (2014). *Políticas públicas no ensino superior: ações afirmativas na UFPB*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Lima Junior, P., Silveira, F. L., & Ostermann, F. (2012). Análise de sobrevivência aplicada ao estudo do fluxo escolar nos cursos de graduação em física: um exemplo de uma universidade brasileira. *Rev. Bras. Ensino Fís.*, 34(1), 1-10. <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-11172012000100014>
- Maciel, R. O. (2014). *Acesso e produção acadêmica de estudantes cotistas negros da Universidade Federal do Maranhão*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Mahendra, F., & Marin, A. H. (2015). Ambiente familiar e desempenho escolar: uma revisão sistemática. *Psicologia da Educação*, (40), 41-57. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141469752015000100004&lng=pt&tlng=pt.
- Mohr, N. E. R., Monteiro, F. M., Costa, J. G., & Oliveira, J. C. (2012). A expansão das fronteiras da educação pública superior: uma análise da experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul em Laranjeiras do Sul. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.*, 93 (235), 791-817. <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812012000400013>.
- Nascimento, C. F. M. do (2015). *Cotas sociais e reflexos na política de assistência estudantil: estudo de caso da Universidade Federal de Pelotas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas.

- Nogueira, F. (2015). *Cotas raciais no curso de medicina da UFRGS na perspectiva docente: rupturas e configurações tecidas na garantia do direito à educação superior pública*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Silva, N. (2016). *Letramento acadêmico e ações afirmativas: percursos identitários de estudantes ingressos pelo sistema de reserva de vagas em cursos da área de saúde da UEPE*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Oliveira, L. Z. F. (2013). *Inserção e/ou exclusão do discente negro dos cursos da saúde da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM – campi Diamantina/MG*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina.
- Silva, J. O. (2014). Ações inclusivas no ensino superior brasileiro. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.*, 95 (240), 414-430. <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812014000200009>
- Palácio, P. P. *Políticas de Acesso e Permanência do estudante da Universidade Federal Do Ceará (UFC)*. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior – POLEDUC. Fortaleza-Ceará 2012.
- Passos, J. C. (2015). Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. *Educ. rev.*, 31 (2), 155-182. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698134242>
- Paula, L. R. (2013). O ensino superior indígena como política pública: elementos para a construção de um modelo metodológico de avaliação e comparação de experiências locais. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.*, 94(238), 795-810. <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812013000300008>.
- Pereira, A. S., Carneiro, T. C. J., Brasil, G. H., & Corassa, M. A. C. (2015). Fatores relevantes no processo de permanência prolongada de discentes nos cursos de graduação presencial: um estudo na Universidade Federal do Espírito Santo. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 23(89), 1015-1039. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362015000400009>
- Pereira, J. I. R. (2013). *Análise do impacto da implantação das cotas na nota ENADE 2008*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Pulici, M. B. S. M. (2012). *A Pesquisa Acadêmica sobre Ação Afirmativa no Brasil: um estudo conceitual das teses e dissertações no período entre 1.987 e 2.010*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Ristoff, D. (2014). O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 19(3), 723-747. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772014000300010>
- Santos, S. P. (2014). *Os 'intrusos' e os 'outros' quebrando o aquário e mudando os horizontes: as relações de raça e classe na implementação das cotas sociais no processo seletivo para cursos de graduação da UFES -2006-2012*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Santos Junior, R. R. (2016). *Política de cotas para ingresso na educação superior pública: 10 anos na Universidade Estadual de Goiás (2005-2015)*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Serafim, N. K. P. (2015). *As representações sociais sobre o mérito: um estudo com estudantes cotistas e não cotistas da Universidade Federal do Semiárido do Rio Grande do Norte*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Silva, R. A. (2016). Quem tem medo do cotista? Análise do rendimento de estudantes cotistas nos anos iniciais de graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- Souza, I. M. (2013). *Ações afirmativas na educação superior a distância: uma análise do impacto social do Sistema de Reserva de Vagas no curso de Pedagogia da UNIMONTES-UAB*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Souza Filho, A. (2012) Existência, subjetividade e reconhecimento: O roubo da vida na discriminação do outro. *Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc.* UFRN, 13(1), 89-98. Recuperado de: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/download/5625/4539>
- Suazo, L. P. (2010). *Factores de resiliencia presentes en estudiantes de la Universidad del Bío Bío, sede Chillán*. Tesis Magister, Universidade del Bio Bio, Chillán.
- Tontini, G. & Walter, S. A. (2014). Pode-se identificar a propensão e reduzir a evasão de alunos? Ações estratégicas e resultados táticos para instituições de ensino superior. *Avaliação (Campinas)*, 19 (1), 89-110. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772014000100005>.
- Valentim, D. F. D. (2012). *Ex-alunos negros cotistas da UERJ: os desacreditados e o sucesso acadêmico*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- Vargas, M. L. F. (2011). Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), 16(1), 149-163. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772011000100008>
- Vieira, B. M. C. (2014). *Do escravismo às políticas de ações afirmativas: o negro cotista na Universidade Federal de Juiz de Fora*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- Ximenes, V. M., Cidade, E. C., Nepomuceno, B. B., & Leite, J. F. (2014). Pesquisa e intervenção a partir da realidade social – Desvelar das implicações psicossociais da pobreza. In: C. STELLA. (Eds.) *Psicologia Comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências*. Petrópolis: Ed. Vozes.

Recebido: 07 de julho de 2018
Aprovado: 04 de março de 2020